

BCLV Comércio de Veículos S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa -Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone 55 (16) 3323-6650, Fax 55 (16) 3323-6651
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
BCLV Comércio de Veículos S.A.
Ribeirão Preto - São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BCLV Comércio de Veículos S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelo efeito do assunto mencionado na “base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da BCLV Comércio de Veículos S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Conforme descrito na nota explicativa nº 21, a Companhia não cumpriu em 31 de dezembro de 2015 com determinadas cláusulas contratuais (índices financeiros - *Covenants*) do contrato de debêntures e não obteve o *waiver* desse agente fiduciário dentro do exercício social, fato este que acarretaria no vencimento antecipado das obrigações no montante de R\$ 14.238 mil que estavam classificados no passivo não circulante. A Administração entendia, naquela data, ser improvável qualquer exigência por parte dos credores antes do vencimento original de longo prazo, motivo pelo qual



decidiu manter os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante, no montante de R\$ 14.238 mil. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2015, o passivo circulante está diminuído e o passivo não circulante aumentado neste mesmo montante citado. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício corrente também inclui modificação em decorrência do possível efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 31 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'F. Liani', written over the text of the auditor's name and registration number.

Fernando Rogério Liani
Contador CRC 1SP229193/O-2

BCLV Comércio de Veículos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2016	2015	2016	2015
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	11	3.187	599	1.560	216
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	12	21.585	32.204	22.295	31.055
Estoques	13	76.738	80.945	66.344	80.945
Adiantamentos a fornecedor		4.899	741	3.562	740
Impostos a recuperar		575	639	566	639
Outros ativos	14	847	10.339	767	10.311
Total do ativo circulante		107.831	125.467	95.094	123.906
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Ativos fiscais diferidos	15	4.855	4.762	4.855	4.762
Depósitos judiciais e outros		564	413	564	413
Total do realizável a longo prazo		5.419	5.175	5.419	5.175
Investimentos	16	2.066	-	7.438	2.264
Imobilizado	17	62.994	72.743	48.857	66.536
Intangível	18	36.757	36.802	36.757	36.802
		101.817	109.545	93.052	105.602
Total do ativo não circulante		107.236	114.720	98.471	110.777
Total do ativo		215.067	240.187	193.565	234.683

Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2016	2015	2016	2015
Circulante					
Fornecedores	19	81.420	91.479	78.396	91.330
Empréstimos e financiamentos	20	55.966	41.203	51.708	40.391
Debêntures	21	6.974	12.204	6.974	12.204
Adiantamentos de clientes	23	16.599	7.895	16.553	7.868
Salários, encargos sociais e tributos a recolher	24	7.723	7.104	7.038	6.971
Imposto de renda e contribuição social a recolher		120	-	-	-
Outras contas a pagar		291	1.838	291	1.838
Total do passivo circulante		169.093	161.723	160.960	160.602
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	20	40.590	43.504	31.038	40.328
Debêntures	21	8.136	14.238	8.136	14.238
Provisão para contingências	25	652	652	652	652
Total do passivo não circulante		49.378	58.394	39.826	55.218
Patrimônio líquido					
Capital social	26	62.491	62.491	62.491	62.491
Adiantamento para futuro aumento de capital social		500	-	500	-
Prejuízos acumulados		(70.212)	(43.628)	(70.212)	(43.628)
Atribuível aos controladores		(7.221)	18.863	(7.221)	18.863
Participação de não controladores		3.817	1.207	-	-
Total do patrimônio líquido		(3.404)	20.070	(7.221)	18.863
Total do passivo		218.471	220.117	200.786	215.820
Total do passivo e patrimônio líquido		215.067	240.187	193.565	234.683

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BCLV Comércio de Veículos S.A.**Demonstrações de resultados**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2016	2015	2016	2015
Receita operacional líquida	27	667.883	643.329	598.832	641.024
Custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	28	<u>(569.556)</u>	<u>(566.800)</u>	<u>(512.566)</u>	<u>(564.792)</u>
Lucro bruto		98.327	76.529	86.266	76.232
Receitas(despesas) operacionais					
Despesas comerciais	29	(36.673)	(37.443)	(33.301)	(36.947)
Despesas gerais e administrativas	30	(52.311)	(42.884)	(49.457)	(42.611)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		<u>(856)</u>	<u>5.894</u>	<u>1.980</u>	<u>5.872</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		8.487	2.096	5.488	2.546
Despesas financeiras	31	(33.851)	(22.612)	(32.180)	(22.432)
Receitas financeiras	31	<u>1.012</u>	<u>407</u>	<u>421</u>	<u>406</u>
Resultado financeiro	31	<u>(32.839)</u>	<u>(22.205)</u>	<u>(31.759)</u>	<u>(22.026)</u>
Resultado de equivalência patrimonial	16	68	-	316	(138)
Resultado antes dos impostos		(24.284)	(20.109)	(25.955)	(19.618)
Imposto de renda e contribuição social corrente	15	(840)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	15	<u>93</u>	<u>747</u>	<u>93</u>	<u>747</u>
Resultado do exercício		<u>(25.031)</u>	<u>(19.362)</u>	<u>(25.862)</u>	<u>(18.871)</u>
Resultado atribuído para:					
Acionistas controladores		(25.862)	(18.871)	-	-
Acionistas não controladores		<u>831</u>	<u>(491)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado do exercício		<u>(25.031)</u>	<u>(19.362)</u>	<u>(25.862)</u>	<u>(18.871)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BCLV Comércio de Veículos S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2016	2015	2016	2015
Resultado do exercício	<u>(25.031)</u>	<u>(19.362)</u>	<u>(25.862)</u>	<u>(18.871)</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(25.031)</u></u>	<u><u>(19.362)</u></u>	<u><u>(25.862)</u></u>	<u><u>(18.871)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BCLV Comércio de Veículos S.A.**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Nota	Atribuível aos acionistas controladores				Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Adiantamento futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido		
Saldos em 1º de janeiro de 2015	36.359	11.100	(24.757)	22.702	-	22.702
Aumento capital social (incorporação)	15.032	-	-	15.032	-	15.032
Integralização capital social	11.100	(11.100)	-	-	-	-
Resultado do período	-	-	(18.871)	(18.871)	-	(18.871)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>26</u> <u>62.491</u>	<u>-</u>	<u>(43.628)</u>	<u>18.863</u>	<u>-</u>	<u>18.863</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2016	62.491	-	(43.628)	18.863	1.207	20.070
Constituição de controladas	-	-	-	-	1.779	1.779
Adiantamento para futuro aumento de capital social	-	500	-	500	-	500
Transações entre acionistas	-	-	(722)	(722)	-	(722)
Resultado do exercício	-	-	(25.862)	(25.862)	831	(25.031)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>26</u> <u>62.491</u>	<u>500</u>	<u>(70.212)</u>	<u>(7.221)</u>	<u>3.817</u>	<u>(3.404)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BCLV Comércio de Veículos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Nota	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais				
Resultado do exercício	(25.031)	(19.362)	(25.862)	(18.871)
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	14.726	9.992	12.264	9.496
Resultado na venda de ativo imobilizado	9.614	5.189	8.765	4.836
Resultado na baixa do ativo intangível	-	1	-	1
Resultado de equivalência patrimonial	(68)	-	(316)	138
Juros provisionados de empréstimos e financiamentos	26.735	16.362	25.350	16.244
Provisão para perda estoque	-	1.500	-	1.500
Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	400	-	400
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(93)	(747)	(93)	(747)
Custo de transações das debêntures	275	296	275	296
(Aumento) redução em contas a receber e outros recebíveis	10.619	5.785	8.760	6.302
(Aumento) redução em estoques	4.207	6.321	14.601	6.322
(Aumento) redução em adiantamentos a fornecedor	(4.158)	116	(2.822)	116
(Aumento) redução em impostos a recuperar	64	(90)	73	(62)
Redução em outros ativos circulantes	9.492	7.791	9.544	7.791
(Aumento) redução em depósitos judiciais e outros ativos não circulantes	(151)	399	(151)	399
Aumento (redução) em fornecedores	(10.059)	14.176	(12.934)	12.059
Aumento em adiantamentos de clientes	8.704	396	8.685	369
Aumento (redução) em salários, encargos sociais e tributos a recolher	739	(1.229)	67	(1.362)
Aumento (redução) em outras contas a pagar	(1.547)	1.434	(1.547)	1.434
Imposto de renda e contribuição social pagos	(720)	-	-	-
Juros pagos de financiamentos	(26.737)	(16.363)	(25.350)	(16.245)
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	16.611	32.367	19.309	30.416
Fluxo de caixa de atividades de investimentos				
Caixa proveniente de transações entre acionistas	-	-	(722)	-
Aquisição de imobilizado	(13.937)	(16.203)	(2.696)	(9.146)
Aquisição de intangível	(609)	(574)	(609)	(574)
Efeitos de caixa da incorporação	-	16	-	16
Aquisição de investimentos	(1.998)	-	(4.857)	(1.500)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(16.544)	(16.761)	(8.884)	(11.204)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	37.781	43.171	25.881	39.018
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(39.432)	(38.508)	(37.355)	(38.344)
Pagamento de debêntures	(11.607)	(12.500)	(11.607)	(12.500)
Empréstimos e financiamentos - Partes relacionadas	13.500	(1.072)	13.500	(1.072)
Recebimento empréstimos e financiamentos - Partes relacionadas	-	(6.788)	-	(6.788)
Distribuição de lucros	(450)	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	500	-	500	-
Aumento de capital social de investidas - Participação de não controladores	2.229	-	-	-
Caixa proveniente das (usado nas) atividades de financiamentos	2.521	(15.697)	(9.081)	(19.686)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	2.588	(91)	1.344	(474)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	599	690	216	690
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	3.187	599	1.560	216

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A BCLV Comércio de Veículos S.A., localizada na Avenida Wladimir Meirelles Ferreira, 1.600, Jardim Botânico, Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, com nome fantasia EUROBIKE, compreende uma rede de concessionárias especializadas em veículos *premium*. A Companhia tem como objeto social o comércio de veículos automotores, motocicletas, peças e acessórios, nacionais e importados, novos e usados, a assistência técnica e a consignação de autos e motos; importação de veículos automotores, motocicletas, peças e acessórios; comércio varejista de combustíveis e lubrificantes; participação em outras sociedades empresárias ou não, como sócia, ou acionista (holding); consultoria em gestão de concessionárias de veículos; e locação de veículos próprios ou de terceiros (exceto arrendamento mercantil); intermediação de venda de veículos.

Durante o exercício de 2016, a Companhia apresentou prejuízo de R\$ 25.862 (Prejuízo de R\$ 25.031 no Consolidado) e em 31 de dezembro de 2016 o passivo circulante excede o ativo circulante em montante de R\$ 65.866 (R\$ 61.262 no Consolidado). Como forma de readequar o perfil da dívida, a administração está em renegociação dos saldos de empréstimos e financiamentos buscando o alongamento desses passivos junto aos principais bancos credores cujo endividamento encontra-se classificado no passivo circulante e não circulante, de forma a ajustar seu fluxo de caixa financeiro. Dentre as principais ações tomadas, destacam-se as seguintes:

- Contratação de consultor especializado na condução de processo de negociação junto a instituições financeiras de primeira linha, com o objetivo de buscar crédito suficiente para liquidar toda dívida e permanecer com único financiamento com carência de até dois anos;
- Alongamento do prazo de vencimento das debêntures em 12 meses, alterando vencimento final de 2018 para 2019;
- Consolidação do valor total da dívida consubstanciada nos contratos de empréstimos havidos entre a Companhia e parte relacionada, no montante de R\$ 32.016, prorrogando prazo de vencimento.

A Companhia já obteve êxito nas duas últimas negociações supracitadas.

A Administração entende que essas ações produzirão impactos positivos nos resultados futuros e na posição financeira da Companhia, garantindo-lhes plenas condições de continuar suas operações de forma crescente.

2 Entidades do grupo

Controlada direta	País	Participação	
		2016	2015
BVHD Locação de Veículos e Serviços Ltda.	Brasil	80,00%	70,00%
VBCP Comércio de Veículos Ltda.	Brasil	60,61%	57,69%
VSTM Comércio de Veículos Ltda.	Brasil	51,00%	-
BVGE Comércio de Veículos Ltda.	Brasil	39,98%	-

BVHD

A BVHD Locação de Veículos e Serviços Ltda., localizada na Rua Comendador Miguel Calfat, 460, Vila Nova Conceição, São Paulo, Estado de São Paulo, com nome fantasia FLEET SERVICES, é uma locadora de veículos *premium*. A sociedade tem como objeto social a locação de veículos novos e usados, blindados ou não; prestação de serviços de manutenção e oficina em veículos; e intermediação de negócios.

VBCP

AVBCP Comércio de Veículos Ltda., localizada na Avenida dos Bandeirantes, 1.811, Vila Olímpia, São Paulo, Estado de São Paulo, com nome fantasia EUROBIKE SEMINOVOS SÃO PAULO, é uma concessionária de veículos nacionais e importados. A Empresa tem como objeto social o comércio de veículos/motocicletas (novos e usados) e peças/acessórios; consultoria em gestão de concessionárias de veículos; serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores; intermediação de venda de veículos e serviços de blindagem.

VSTM

AVSTM Comércio de Veículos Ltda., localizada na ST SGCV/SUL, lote 9, s/n, lojas 25 e 26, Guará, Brasília, Distrito Federal, com nome fantasia EUROBIKE SEMINOVOS BRASÍLIA, é uma concessionária de veículos nacionais e importados. A Empresa tem como objeto social o comércio de veículos/motocicletas (novos e usados) e peças/acessórios; comércio varejista de artigos do vestuário e souvenirs; consultoria em gestão de concessionárias de veículos; serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores; intermediação de venda de veículos e serviços de blindagem.

BVGE

A BVGE Comércio de Veículos Ltda., localizada na Avenida Portugal, 2.537, Jardim São Luiz, Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, com nome fantasia EUROBIKE SEMINOVOS, compreende uma rede de concessionárias especializadas em veículos *premium*. A sociedade tem como objeto social o comércio de veículos automotores, motocicletas, peças e acessórios, nacionais e importados, novos e usados, a assistência técnica e a consignação de autos e motos; importação de veículos automotores, motocicletas, peças e acessórios; comércio varejista de artigos do vestuário e souvenirs; participação em outras sociedades empresárias ou não, como sócia, ou acionista (holding); consultoria em gestão de concessionárias de veículos; atividades de correspondente bancário; armazenamento de veículos e intermediação de venda de veículos.

3 Incorporação de empresa

Em 30 de outubro de 2015 a empresa BVAC Comércio de Veículos Ltda, pertencente à BPAG Brazilian Premium Auto Group S.A., foi incorporada pela Companhia devido as atividades exercidas serem complementares entre si. A Administração entende que o contexto de reorganização societária do grupo seria o melhor caminho para permitir o pleno desenvolvimento do plano de negócios de ambas e o incremento de valor para os acionistas, tendo em vista as sinergias administrativas e operacionais que podem ser obtidas, o oferecimento de melhores serviços, compartilhamento de práticas empresariais, visando à redução de riscos operacionais, de mercado, de crédito e de liquidez, bem como a redução de custos financeiros, a otimização de recursos humanos e financeiros e a expansão das atividades desenvolvidas por ambas que tal operação proporcionará.

a. Ativos e passivos incorporados

A tabela abaixo resume os valores dos ativos e passivos eliminados das demonstrações de fluxo de caixa em decorrência da incorporação da BVAC Comércio de Veículos Ltda

Caixa e equivalentes de caixa	16
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	11.668
Estoques	28.145
Adiantamentos a fornecedor	39
Impostos a recuperar	96
Outros ativos	4.412
Ativos fiscais diferidos	153
Depósitos judiciais e outros	124
Investimentos	902
Imobilizado	19.979
Intangível	22.712
Fornecedores	(24.267)
Empréstimos e financiamentos	(44.239)
Adiantamentos de clientes	(1.972)
Salários, encargos sociais e tributos a recolher	(2.331)
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(110)
Lucros a pagar	(295)
Total dos ativos identificáveis, líquido	15.032

Na incorporação foi eliminado o mútuo entre a Companhia e a incorporada no montante de R\$ 6.788, registrado em “Empréstimos e financiamentos” na BVAC Comércio de Veículos Ltda. e em “Outros ativos” na Companhia.

4 Base de consolidação

a. Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. Os saldos contábeis de controladas são incluídas nas informações financeiras intermediárias consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

b. Participação de acionistas não-controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

c. Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

d. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as informações financeiras intermediárias incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas informações financeiras intermediárias individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

e. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

5 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil (BRGAAP), e segue os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2017. Após sua emissão, somente os acionistas tem o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, estão apresentadas nas notas explicativas 8.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

6 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

7 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 4 (a)** - Consolidação - Determinação se o Grupo detem de fato o controle sob uma investida; e
- **Nota explicativa nº 34** - Compromissos com contratos.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas a respeito das premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 15** - Ativos e passivos fiscais diferidos;
- **Nota explicativa nº 16** - Investimentos;
- **Nota explicativa nº 17** - Imobilizado;
- **Nota explicativa nº 18** - Intangível; e
- **Nota explicativa nº 25** - Provisões para contingência.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia e suas controladas revisam regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preço).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 32** - Instrumentos Financeiros.

8 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

9 Principais políticas contábeis

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Receita operacional

(i) Venda de mercadorias

A receita operacional da venda de mercadorias (veículos novos e usados, peças, acessórios e agregados) no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, (iii) os custos

associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais da modalidade da venda, mas normalmente coincide com o momento da retirada do produto vendido.

(ii) Bônus

O bônus recebido pela Companhia e suas controladas das montadoras de automóveis é reconhecido quando já é certo que o seu recebimento ocorrerá e quando o valor pode ser mensurado com confiabilidade.

(iii) Serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por ordens de serviços referentes a trabalhos realizados.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- rendimento sobre aplicações financeiras;
- juros e multas recebidos;
- despesas bancárias;
- juros sobre financiamentos e debêntures;
- impostos sobre operações financeiras;
- descontos concedidos; e
- descontos obtidos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

c. Benefícios a empregados

(i) Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

(ii) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível;

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias

dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis que não excedem o valor realizável líquido, sendo as peças valorizadas pelo critério do custo médio ponderado e os veículos pelo custo de aquisição.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios deduzidos dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

Edificações	60 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Instalações	10 anos
Benfeitorias	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g. Ativos intangíveis

(i) Software

As licenças de programas de computador (“*softwares*”) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas foram capitalizadas pelo custo e os gastos associados à manutenção dessas são reconhecidos como despesas quando incorridos.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseada nas vidas úteis estimadas de 5 anos para os ativos intangíveis, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

(ii) Fundo de comércio

O fundo de comércio é composto de um conjunto de bens corpóreos ou incorpóreos que facilitam o exercício da atividade mercantil. No caso do fundo de comércio detido pela Companhia os valores representam a possibilidade de comercializar seus veículos em alguns lugares estratégicos para seu negócio.

O fundo de comércio não tem prazo para término do benefício, sendo ele condicionado apenas à saída da Companhia do lugar e, portanto, sua vida útil é indeterminada, não sendo amortizado.

A cada encerramento de exercício é realizado o teste de *impairment* do fundo de comércio.

(iii) Direitos de concessão

Os direitos de concessão possuídos pela Companhia são direitos de comercializar certas marcas de automóveis *premium* em uma certa localização.

Os direitos de concessão são renovados por prazo indeterminado, sendo seu término condicionado à venda dos mesmos para outra Companhia.

A cada encerramento de exercício é realizado o teste de *impairment* dos direitos de concessão.

h. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis

A Companhia classifica passivo financeiro não derivativos na seguinte categoria: outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e Desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos como empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes e outros recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido no estatuto, são reconhecidos como passivo ou retidos. Vide nota explicativa nº 26.

i. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras;
ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em unidades geradoras de Caixa (UGCs), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta

UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

k. Arrendamentos

(i) *Determinando quando um contrato contém um arrendamento*

No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daqueles referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia concluir, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Companhia.

(ii) *Ativos arrendados*

Os arrendamentos, em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos referentes aos arrendamentos mercantis operacionais não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia, sendo reconhecidos como despesa à medida que os pagamentos das prestações contratuais são efetuados.

(iii) *Pagamento de arrendamentos*

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

10 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26/ IAS 7)

As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

O Grupo está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Até agora, o Grupo não espera qualquer impacto significativo.

Reconhecimento de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas (Alterações ao CPC 32/ IAS 12)

As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

O Grupo está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Até agora, o Grupo não espera qualquer impacto significativo.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 Receitas, CPC 17 Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

O Grupo está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Até agora, o Grupo não espera qualquer impacto significativo.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge.

A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras do Grupo em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que o Grupo detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que o Grupo fará no futuro. A nova norma exigirá que o Grupo revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas.

O Grupo está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

O Grupo está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Outras alterações

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a

adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

11 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e saldo bancário	<u>3.187</u>	<u>599</u>	<u>1.560</u>	<u>216</u>
	<u>3.187</u>	<u>599</u>	<u>1.560</u>	<u>216</u>

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na entidade e saldos em poder de bancos.

A exposição da Companhia e de suas controladas a risco de crédito e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota explicativa nº 32.

12 Contas a receber de clientes e outros recebíveis

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2016	2015	2016	2015
Duplicatas a receber	16.997	20.088	15.747	16.971
Partes relacionadas (nota explicativa nº22)	104	147	2.073	2.115
Cartões a receber	1.278	7.938	1.269	7.938
Outros créditos	<u>3.206</u>	<u>4.031</u>	<u>3.206</u>	<u>4.031</u>
	<u>21.585</u>	<u>32.204</u>	<u>22.295</u>	<u>31.055</u>

A Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2016 não possuía nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

O saldo de provisão para perdas por valor recuperável (*impairment*) registrado em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 1.023 (idêntico em 2015).

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de crédito e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas são divulgadas na nota explicativa nº 32.

13 Estoques

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Veículos novos	53.777	61.248	52.296	61.248
Veículos usados	9.589	908	676	908
Motos novas	1.462	3.009	1.462	3.009
Motos usadas	270	440	270	440
Peças e acessórios	11.162	14.981	11.162	14.981
Outros	478	359	478	359
	76.738	80.945	66.344	80.945

A despesa com a constituição da provisão para perda de estoque foi registrada na rubrica “Custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados” na demonstração do resultado no montante de R\$ 1.500, em 31 de dezembro de 2015.

14 Outros ativos

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Adiantamentos diversos	628	919	605	916
Contas a receber por empréstimos a coligadas (nota explicativa nº 22)	-	5.084	-	5.084
Despesas antecipadas	219	365	162	340
Outras contas a receber (i)	-	3.971	-	3.971
	847	10.339	767	10.311

- (i) Em 01 de julho de 2015, a Companhia celebrou contrato de venda das filiais BMW, Jaguar e Land Rover localizadas na cidade de São José do Rio Preto, pelo montante de R\$ 9.990, sendo recebido um sinal na assinatura do contrato e o restante parcelado em sete vezes. Pelo contrato, a Companhia vendeu para a compradora: máquinas/equipamentos, móveis/utensílios, ferramentas, estoque de peças e acessórios para veículos da marca BMW e Jaguar/Land Rover, instalações e benfeitorias realizadas nas filiais.

15 Ativos e passivos fiscais diferidos

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado possuem as seguintes origens:

	Ativo/(Passivo)		Resultado	
	2016	2015	2016	2015
Imposto de renda e contribuição social				
Provisão para contingências	222	222	-	-
Provisão para valor não realizável nos estoques	695	695	-	510
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	348	348	-	136
Prejuízo fiscal a compensar	3.716	3.716	-	-
Custo de transação	(126)	(219)	93	101
Total	4.855	4.762	93	747

Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação aos prejuízos acumulados no montante de R\$ 23.142 (R\$ 13.705 em 2015), pois a administração considera que não é provável que lucros tributáveis futuros venham estar disponíveis. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

Conciliação de IR/CS sobre o lucro:

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Reconciliação da taxa efetiva				
Resultado do exercício antes dos impostos	(24.284)	(20.109)	(25.955)	(19.618)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa com imposto à alíquota nominal	8.257	6.837	8.825	6.669
Ajuste do imposto de renda e contribuição social				
Imposto de renda e contribuição social diferido não reconhecidos	(9.437)	(6.089)	(9.437)	(6.089)
Despesas não dedutíveis	649	(38)	921	130
Outros	(216)	37	(216)	37
Imposto corrente	(840)	-	-	-
Imposto diferido	93	747	93	747
Alíquota efetiva	3%	(4%)	-	(4%)

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

16 Investimentos

A Companhia registrou um ganho de R\$ 316 em 31 de dezembro (perda de R\$ 138 em 2015).

Em 14 de abril de 2016, a Companhia aumentou o capital social investido em R\$ 500, porém sua participação na investida VBCP Comércio de Veículos Ltda foi reduzida em 3,64% devido ao ingresso de um novo sócio não controlador. Em 22 de setembro de 2016 houve aumento de 5,56% na participação da mesma investida devido à compra por R\$ 130 de parte das quotas de um sócio minoritário que se retirou da sociedade, gerando um ágio de R\$ 9.

Em 16 de maio de 2016, houve um aumento de 10% na participação da investida BVHD Locação de Veículos e Serviços Ltda em decorrência de um AFAC (adiantamento para futuro aumento de capital) no valor de R\$ 500.

Nenhuma das controladas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras em controladas:

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2016	2015	2016	2015
BVHD Locação de Veículos e Serviços Ltda.	-	-	266	784
VBCP Comércio de Veículos Ltda.	-	-	2.400	1.480
VSTM Comércio de Veículos Ltda. (i)	-	-	2.706	-
BVGE Comércio de Veículos Ltda. (ii)	<u>2.066</u>	<u>-</u>	<u>2.066</u>	<u>-</u>
	<u><u>2.066</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>7.438</u></u>	<u><u>2.264</u></u>

- (i) Em 18 de fevereiro de 2016 ocorreu a abertura da Empresa VSTM Comércio de Veículos Ltda. por meio de contrato social registrado em órgãos competentes. A empresa está localizada em Brasília e tem como objeto social o comércio de veículos/motocicletas (novos e usados - multimarcas) e peças/acessórios; comércio varejista de artigos do vestuário e souvenirs; consultoria em gestão de concessionárias de veículos; serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores; intermediação de venda de veículos e serviços de blindagem. O capital social integralizado pela Companhia na VSTM foi de R\$ 2.238.
- (ii) Em 22 de novembro de 2016, a Companhia assinou contrato de compra e venda de parte das quotas da controlada BVGE Comércio de Veículos Ltda que eram de propriedade de sua controladora BPAG Brazilian Premium Auto Group S.A. As quotas da BVGE foram vendidas pelo valor patrimonial calculado na época da negociação, no montante de R\$ 2.711, gerando um ágio de R\$ 713.

BCLV Comércio de Veículos S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015

	Participação	Ativos Circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Ativo Líquido Total	Outros	Participação no Ativo Líquido	Receitas	Despesas	Lucro ou prejuízo	Equivalência Patrimonial
31 de dezembro de 2016														
BVHD Locação de Veículos e Serviços Ltda.	80,00%	1.269	13.941	15.210	5.431	9.552	14.983	227	106	266	7.946	(8.624)	(678)	(517)
VBCP Comércio de Veículos Ltda.	60,61%	7.904	88	7.992	4.336	-	4.336	3.656	304	2.400	37.918	(37.079)	839	297
VSTM Comércio de Veículos Ltda.	51,00%	5.771	108	5.879	573	-	573	5.306	-	2.706	28.887	(27.969)	918	468
BVGE Comércio de Veículos Ltda.	39,98%	<u>11.817</u>	<u>61</u>	<u>11.878</u>	<u>3.860</u>	<u>972</u>	<u>4.832</u>	<u>7.046</u>	<u>(1.878)</u>	<u>2.066</u>	<u>75.137</u>	<u>(72.642)</u>	<u>2.495</u>	<u>68</u>
		<u>26.761</u>	<u>14.198</u>	<u>40.959</u>	<u>14.200</u>	<u>10.524</u>	<u>24.724</u>	<u>16.235</u>	<u>(1.468)</u>	<u>7.438</u>	<u>149.888</u>	<u>(146.314)</u>	<u>3.574</u>	<u>316</u>
31 de dezembro de 2015														
BVHD Locação de Veículos e Serviços Ltda.	70,00%	929	6.207	7.136	3.055	3.176	6.231	905	215	784	2.328	(2.923)	(595)	(417)
VBCP Comércio de Veículos Ltda.	57,69%	<u>2.600</u>	<u>-</u>	<u>2.600</u>	<u>34</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.566</u>	<u>-</u>	<u>1.480</u>	<u>-</u>	<u>(34)</u>	<u>(34)</u>	<u>(20)</u>
		<u>3.529</u>	<u>6.207</u>	<u>9.736</u>	<u>3.089</u>	<u>3.176</u>	<u>6.231</u>	<u>3.471</u>	<u>215</u>	<u>2.264</u>	<u>2.328</u>	<u>(2.957)</u>	<u>(629)</u>	<u>(437)</u>

(i) A diferença no saldo de R\$ 299 refere-se ao montante reconhecido como perda da BVHD no balanço de encerramento da BVAC Comércio de Veículos em 30 de outubro de 2015.

17 Imobilizado

	Consolidado								
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Terrenos	Instalações	Benfeitorias	Obras em andamento	Total
Custo									
do em 1º de janeiro de 2015	7.800	15.393	8.542	14.906	8.883	1.734	20.209	-	77.467
Adições	-	2.182	465	7.370	-	55	6.131	-	16.203
Baixas	-	(2.011)	(674)	(2.879)	-	(418)	(3.640)	-	(9.622)
Incorporação	-	4.099	2.544	11.959	-	796	8.439	-	27.837
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>7.800</u>	<u>19.663</u>	<u>10.877</u>	<u>31.356</u>	<u>8.883</u>	<u>2.167</u>	<u>31.139</u>	<u>-</u>	<u>111.885</u>
Adições	-	1.106	441	11.010	-	336	950	94	13.937
Baixas	(3.960)	(1.267)	(400)	(4.114)	(1.500)	(12)	(1.726)	-	(12.979)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>3.840</u>	<u>19.502</u>	<u>10.918</u>	<u>38.252</u>	<u>7.383</u>	<u>2.491</u>	<u>30.363</u>	<u>94</u>	<u>112.843</u>
Depreciação									
Saldo em 1º de janeiro de 2015	(374)	(7.285)	(2.718)	(5.068)	-	(603)	(10.180)	-	(26.228)
Adições	(97)	(1.839)	(888)	(2.604)	-	(170)	(3.890)	-	(9.488)
Baixas	-	927	243	1.026	-	183	2.053	-	4.432
Incorporação	-	(1.473)	(664)	(2.659)	-	(115)	(2.947)	-	(7.858)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>(471)</u>	<u>(9.670)</u>	<u>(4.027)</u>	<u>(9.305)</u>	<u>-</u>	<u>(705)</u>	<u>(14.964)</u>	<u>-</u>	<u>(39.142)</u>
Adições	(31)	(1.998)	(1.045)	(5.652)	-	(220)	(5.126)	-	(14.072)
Baixas	121	760	161	1.570	-	5	748	-	3.365
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>(381)</u>	<u>(10.909)</u>	<u>(4.911)</u>	<u>(13.387)</u>	<u>-</u>	<u>(920)</u>	<u>(19.342)</u>	<u>-</u>	<u>(49.849)</u>
Valor líquido contábil									
Em 31 de dezembro de 2015	7.329	9.993	6.850	22.051	8.883	1.462	16.175	-	72.743
Em 31 de dezembro de 2016	3.459	8.594	6.007	24.865	7.383	1.571	11.021	94	62.994

Controladora									
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Terrenos	Instalações	Benfeitorias	Obras em andamento	Total
Custo									
do em 1º de janeiro de 2015	7.800	15.393	8.542	14.906	8.883	1.734	20.209	-	77.467
Adições	-	2.182	465	313	-	55	6.131	-	9.146
Baixas	-	(2.011)	(674)	(2.508)	-	(418)	(3.640)	-	(9.251)
Incorporação	-	4.099	2.544	11.959	-	796	8.439	-	27.837
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>7.800</u>	<u>19.663</u>	<u>10.877</u>	<u>24.670</u>	<u>8.883</u>	<u>2.167</u>	<u>31.139</u>	<u>-</u>	<u>105.199</u>
Adições	-	1.093	430	-	-	336	743	94	2.696
Baixas	(3.960)	(1.267)	(400)	(3.058)	(1.500)	(12)	(1.723)	-	(11.920)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>3.840</u>	<u>19.489</u>	<u>10.907</u>	<u>21.612</u>	<u>7.383</u>	<u>2.491</u>	<u>30.159</u>	<u>94</u>	<u>95.975</u>
Depreciação									
Saldo em 1º de janeiro de 2015	(374)	(7.285)	(2.718)	(5.068)	-	(603)	(10.180)	-	(26.228)
Adições	(97)	(1.839)	(888)	(2.108)	-	(170)	(3.890)	-	(8.992)
Baixas	-	927	243	1.009	-	183	2.053	-	4.415
Incorporação	-	(1.473)	(664)	(2.659)	-	(115)	(2.947)	-	(7.858)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>(471)</u>	<u>(9.670)</u>	<u>(4.027)</u>	<u>(8.826)</u>	<u>-</u>	<u>(705)</u>	<u>(14.964)</u>	<u>-</u>	<u>(38.663)</u>
Adições	(31)	(1.996)	(1.045)	(3.223)	-	(220)	(5.095)	-	(11.610)
Baixas	121	759	161	1.361	-	5	748	-	3.155
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>(381)</u>	<u>(10.907)</u>	<u>(4.911)</u>	<u>(10.688)</u>	<u>-</u>	<u>(920)</u>	<u>(19.311)</u>	<u>-</u>	<u>(47.118)</u>
Valor líquido contábil									
Em 31 de dezembro de 2015	7.329	9.993	6.850	15.844	8.883	1.462	16.175	-	66.536
Em 31 de dezembro de 2016	3.459	8.582	5.996	10.924	7.383	1.571	10.848	94	48.857

Em 07 de janeiro de 2016, a Companhia vendeu para a parte relacionada Vismob Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. o imóvel situado no município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais no montante de R\$ 7.500.

a. Garantia

Bens do ativo imobilizado foram concedidos em garantia de empréstimos e financiamentos e debêntures no valor de R\$ 4.141 (R\$ 4.243 em 2015).

b. Análise do valor de recuperação

De acordo com o CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Companhia e suas controladas utilizaram o mais recente cálculo detalhado do valor recuperável de tais ativos, efetuado em 31 de dezembro de 2015, para teste do valor recuperável em 31 de dezembro de 2016. Concluiu que os valores não geram ajustes materiais nas demonstrações financeiras.

18 Intangível

	Software	Fundo de comércio	Direitos de concessão	Marcas e patentes	Total
Custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2015	1.443	402	13.187	234	15.266
Adições	557	-	-	17	574
Baixas	(33)	-	-	-	(33)
Incorporação	111	360	22.312	21	22.804
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.078	762	35.499	272	38.611
Adições	572	-	-	37	609
Baixas	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>2.650</u>	<u>762</u>	<u>35.499</u>	<u>309</u>	<u>39.220</u>
Amortização					
Saldo em 1º de janeiro de 2015	(1.245)	-	-	-	(1.245)
Adições	(504)	-	-	-	(504)
Baixas	32	-	-	-	32
Incorporação	(92)	-	-	-	(92)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(1.809)	-	-	-	(1.809)
Adições	(654)	-	-	-	(654)
Baixas	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>(2.463)</u>	<u>762</u>	<u>35.499</u>		
Valor líquido contábil					
Em 31 de dezembro de 2015	269	762	35.499	272	36.802
Em 31 de dezembro de 2016	187	762	35.499	309	36.757

a. Análise do valor de recuperação

Anualmente, a Companhia e suas controladas determinam os valores recuperáveis dos ativos intangíveis de vida útil indefinida, relacionados aos saldos de fundo de comércio e direito de concessão, com base em seu valor de uso. A Companhia e suas controladas utilizaram o mais recente cálculo detalhado do valor recuperável de tais ativos, em 31 de dezembro de 2015, para teste do valor recuperável em 31 de dezembro de 2016. Concluiu que os valores não geram ajustes materiais nas demonstrações financeiras.

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável foram a taxa de desconto dos fluxos de caixa, taxas de crescimento na perpetuidade e margem EBIT.

b. Direitos de concessão

Os valores registrados no ativo intangível, como direitos de concessão referem se exclusivamente a concessões adquiridas de outros concessionários, que por sua vez possuem prazo indeterminado.

Os valores determinados para as premissas chave representou a avaliação da Administração às tendências futuras no comércio de veículos premium e foram baseadas tanto em fontes externas como fontes internas (dados históricos). As premissas-chave utilizadas estão demonstradas abaixo e refletem a média ponderada dos testes de recuperação calculados:

	2016	2015
Taxa de desconto	8,84%	7,14%
Taxa de crescimento (perpetuidade)	0%	0%
Margem EBIT (média ponderada para os próximos cinco anos)	0,84%	2%

19 Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Fornecedores de veículos	70.667	80.716	67.591	82.684
Fornecedores de peças	6.539	6.612	6.539	6.612
Fornecedores de peças e serviços partes relacionadas (Nota explicativa nº 22)	18	1	18	1
Fornecedores diversos	4.196	4.135	4.248	2.018
Fornecedores diversos (Nota explicativa nº 22)	-	15	-	15
	81.420	91.479	78.396	91.330

A Companhia e suas controladas avaliaram o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores nas datas de 31 de dezembro de 2016 e 2015 e concluíram que os valores não geram ajustes materiais a valor presente nas demonstrações financeiras.

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores é divulgada na nota explicativa nº 32.

20 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxas de juros e liquidez, veja nota explicativa nº 32.

BCLV Comércio de Veículos S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015

Modalidade	Moeda	Indexador	Encargos	Ano de vencimento	Consolidado		Controladora	
					2016	2015	2016	2015
Capital de giro	R\$	CDI	19,64%a.a.	2017	14.958	29.520	14.958	29.520
Capital de giro	R\$	-	19,81%a.a.	2017- 2018	2.276	4.127	833	3.000
Conta garantida	R\$	CDI	23,68%a.a.	2017	3.920	4.011	3.920	4.011
Conta garantida	R\$	-	19,42%a.a.	2017	6.828	6.268	6.828	6.268
Financiamento imobiliário	R\$	-	13,50%a.a.	2021	2.081	2.571	2.081	2.571
Leasing	R\$	-	16,30%a.a.	2017 - 2019	8.607	8.983	5.839	7.060
Finame	R\$	-	2,50%a.a.	2019	3.554	4.772	3.554	4.772
Cédula de Crédito Bancário	R\$	-	21,19%a.a.	2017- 2020	17.816	2.438	9.217	1.500
Empréstimos entre partes relacionadas (Nota explicativa nº20)	R\$	-	18,86%a.a.	2017	3.000	-	2.000	-
Empréstimos entre partes relacionadas (Nota explicativa nº20)	R\$	CDI	14,81%a.a.	2017- 2018	33.516	22.017	33.516	22.017
					<u>96.556</u>	<u>84.707</u>	<u>82.746</u>	<u>80.719</u>
Circulante					(55.966)	(41.203)	(51.708)	(40.391)
Não circulante					40.590	43.504	31.038	40.328

Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de dezembro de 2016, o cronograma de amortização da dívida era o seguinte:

Exercício	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
2017	55.966	41.203	51.708	40.391
2018	34.564	35.128	28.819	34.306
2019	4.933	6.157	1.607	3.803
2020 a 2021	1.093	2.219	612	2.219
	<u>96.556</u>	<u>84.707</u>	<u>82.746</u>	<u>80.719</u>

Garantias

Para os empréstimos e financiamentos tomados pela Companhia são concedidos como garantias aval do controlador e imóveis, conforme mencionado na nota explicativa nº 17.

21 Debêntures

Modalidade	Moeda	Indexador	Encargos	Ano de vencimento	Consolidado e Controladora	
					2016	2015
Debêntures	R\$	CDI	16,30% a.a.	2019	<u>15.110</u>	<u>26.442</u>
Circulante					<u>(6.974)</u>	<u>(12.204)</u>
Não circulante					<u>8.136</u>	<u>14.238</u>

Em 05 de fevereiro de 2013, a Companhia realizou a primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$

50.000. Foram emitidas 50 debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1.000, com vencimentos anuais, primeiro vencimento em 2014 e último vencimento em 15 de fevereiro de 2018. As Debêntures serão atualizadas com base na variação acumulada do CDI acrescido da taxa percentual equivalente a 2,67% ao ano.

Cada uma das debêntures fará jus a juros, pagável mensalmente, iniciando a partir de 15 de março de 2013 até 15 de fevereiro de 2019. O vencimento final das Debêntures foi prorrogado de 2018 para 2019, conforme ata de 07 de outubro de 2016.

Quebra de cláusulas contratuais (covenants)

De acordo com os termos do contrato essas debêntures serão pagas em parcelas anuais nos próximos 3 anos. Contudo, o contrato contém *covenants* que estabelecem ao final de cada exercício social a relação da Dívida Líquida x EBITDA calculadas com base nas demonstrações financeiras individuais anuais seja igual ou inferior a 2,0 a partir do exercício de 2014 até a data do vencimento.

Em dezembro de 2015, a Companhia não atingiu os índices financeiros das cláusulas contratuais das debêntures e o montante de R\$ 14.238 registrado no passivo não circulante deveria então ser classificado no passivo circulante. Em 07 de outubro de 2016, foi concedida a liberação do cumprimento pela Companhia do índice financeiro Dívida Líquida x EBITDA, única e exclusivamente para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de dezembro de 2016, o cronograma de amortização das debêntures era o seguinte:

Período	2016	2015
2017	6.974	12.204
2018	6.974	12.204
2019	1.162	2.034
	<hr/>	<hr/>
	15.110	26.442

Garantias

Para as debêntures, foram concedidas como garantia: (i) três imóveis localizados: São José do Rio Preto em valor aproximado de R\$ 18.000 (fiador), Uberlândia e Ribeirão Preto de R\$ 6.187, (ii) aplicações financeiras realizadas no montante de R\$ 8.700 (fiador), que garantem 60% do valor da operação.

Por meio da Ata da Assembleia Geral dos Debenturistas da 1ª Emissão de Debêntures Simples em 13 de dezembro de 2013 foi aprovada a substituição do imóvel de Uberlândia - MG fornecido em garantia das Debêntures por aplicações financeiras no montante de R\$ 4.000 (fiador, pessoa física).

22 Partes relacionadas

a. Controladora

Em 31 de dezembro de 2016, 50,000001% (idêntico em 31 de dezembro de 2015) das ações da Companhia pertencem à BPAG - Brazilian Premium Auto Group S.A, que detém o controle da Companhia, onde as demonstrações financeiras são consolidadas.

b. Operações com o pessoal chave da administração

Remuneração de pessoal chave da administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e de suas controladas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, entre outros), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Em 2016, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a direção da Companhia e suas controladas totalizou R\$ 1.838. Em 2015, o pessoal chave da administração integrava o quadro de funcionários de outra empresa do grupo.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, são apresentados a seguir:

	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
<i>Ativo</i>						
Contas a receber (a)- Nota explicativa nº 12						
BVAC Comércio de Veículos Ltda.	-	-	-	-	-	978
BVGE Comércio de Veículos Ltda.	91	82	-	-	2.670	1.671
ILLAN Empreendimentos e Participações Ltda.	-	1	-	-	-	374
Pulsare Comércio de Veículos Ltda.	13	64	-	-	616	693
Total de contas a receber - Nota explicativa nº 12	104	147	-	-	3.286	3.716
Adiantamentos de fornecedores (d)						
Pulsare Comércio de Veículos Ltda.	614	-	-	-	-	-
Outros ativos (e)- Nota explicativa nº 14						
Pulsare Comércio de Veículos Ltda.	-	5.084	-	-	-	-
Total do ativo	718	5.231	-	-	3.286	3.716
<i>Passivo</i>						
Empréstimos e financiamentos						
Mútuo financeiro a pagar (c)- Nota explicativa nº 20	-	-	(36.516)	(22.017)	(4.122)	(1.781)
Fornecedores						
VISMOB Empreendimentos imobiliários e Participações Ltda.(b)	-	-	-	-	(726)	(1.182)
ILLAN Empreendimentos e Participações Ltda. (b)	-	-	-	-	(528)	(203)
Pulsare Comércio de Veículos Ltda.(a)	-	-	(18)	(1)	(109)	-
BVGE Comércio de Veículos Ltda. (a)	-	-	-	(15)	(101)	(108)
BVAC Comércio de Veículos Ltda. (a)	-	-	-	-	-	(160)
Total de fornecedores - Nota explicativa nº 19	-	-	(18)	(16)	(1.363)	(1.653)
Adiantamentos de clientes (d)						
VSTM Comércio de Veículos Ltda.	-	-	(128)	-	-	-
VBCP Comércio de Veículos Ltda.	-	-	(110)	-	-	-
Total de adiantamentos de clientes - Nota explicativa nº 23	-	-	(238)	-	-	-
Total do passivo	-	-	(36.772)	(22.033)	(5.485)	(3.434)

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Ativo						
Contas a receber (a)- Nota explicativa nº 12						
BVAC Comércio de Veículos Ltda.	-	-	-	-	-	978
BVGE Comércio de Veículos Ltda.	91	82	-	-	2.670	1.671
BVHD Comércio de Veículos Ltda.	1.815	1.968	-	-	1.643	283
VBCP Comércio de Veículos Ltda.	59	-	-	-	3.189	-
VSTM Comércio de Veículos Ltda.	95	-	-	-	772	-
ILLAN Empreendimentos e Participações Ltda.	-	1	-	-	-	374
Pulsare Comércio de Veículos Ltda.	13	64	-	-	616	693
Total de contas a receber - Nota explicativa nº 12	2.073	2.115	-	-	8.890	3.999
Adiantamentos de fornecedores (d)						
Pulsare Comércio de Veículos Ltda.	614	-	-	-	-	-
Outros ativos (e)- Nota explicativa nº 14						
Pulsare Comércio de Veículos Ltda.	-	5.084	-	-	-	-
Total do ativo	2.687	7.199	-	-	8.890	3.999
Passivo						
Empréstimos e financiamentos						
Mútuo financeiro a pagar (c)- Nota explicativa nº 20	-	-	(35.516)	(22.017)	(4.013)	(1.781)
Fornecedores						
VISMOB Empreendimentos imobiliários e Participações Ltda.(b)	-	-	-	-	(726)	(1.182)
ILLAN Empreendimentos e Participações Ltda. (b)	-	-	-	-	(528)	(203)
Pulsare Comércio de Veículos Ltda.(a)	-	-	(18)	(1)	(109)	-
BVGE Comércio de Veículos Ltda. (a)	-	-	-	(15)	(101)	(108)
BVHD Comércio de Veículos Ltda. (a)	-	-	-	-	(5)	-
VBCP Comércio de Veículos Ltda. (a)	-	-	-	-	(5)	-
VSTM Comércio de Veículos Ltda. (a)	-	-	-	-	(24)	-
BVAC Comércio de Veículos Ltda. (a)	-	-	-	-	-	(160)
Total de fornecedores - Nota explicativa nº 19	-	-	(18)	(16)	(1.498)	(1.653)
Adiantamentos de clientes (d)						
BVGE Comércio de Veículos Ltda.	-	-	(2.085)	-	(726)	(1.182)
VSTM Comércio de Veículos Ltda.	-	-	(128)	-	-	-
VBCP Comércio de Veículos Ltda.	-	-	(110)	-	-	-
Total de adiantamentos de clientes - Nota explicativa nº 23	-	-	(2.323)	-	-	-
Total do passivo	-	-	(37.857)	(22.033)	(5.511)	(3.434)

(a) Transações comerciais de venda e compra de mercadorias e prestação de serviços no curso normal das operações.

- (b) Refere-se à locação de imóveis para operação da Companhia.
- (c) Mútuos financeiros tomados junto a membros próximos dos acionistas (controladores e não controladores) sendo corrigidos a taxa variável do CDI mensal e registrado no resultado em despesas financeiras.
- (d) Refere-se à compra e venda de veículos.
- (e) Mútuo financeiro firmado com a parte relacionada Pulsare Comércio de Veículos Ltda. para suprir necessidades de capital de giro, registrado em outros ativos.

Para os empréstimos e financiamentos tomados pela Companhia são concedidos como garantias imóvel e aval pelo controlador (Notas explicativas nº 20 e 21).

23 Adiantamentos de clientes

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Adiantamentos de clientes de veículos	2.404	3.410	384	3.410
Adiantamentos de clientes de veículos partes relacionadas (nota explicativa nº 22)	238	-	2.323	-
Adiantamentos de clientes de pós-vendas	1.957	4.485	1.846	4.458
Adiantamentos de clientes de outras receitas (a)	12.000	-	12.000	-
	<u>16.599</u>	<u>7.895</u>	<u>16.553</u>	<u>7.868</u>

- (a) Refere-se a adiantamentos recebidos como sinal em decorrência de negociações de venda de filiais conforme detalhes mencionados na nota explicativa nº 35.

24 Salários, encargos sociais e tributos a recolher

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Provisão de férias e 13º salário	3.298	2.956	3.101	2.913
Salários e encargos sociais	2.825	2.722	2.561	2.674
Tributos a recolher	1.600	1.426	1.376	1.384
	<u>7.723</u>	<u>7.104</u>	<u>7.038</u>	<u>6.971</u>

25 Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas classificam o risco de perda nos processos legais como “remotos”, “possíveis” ou “prováveis”. A avaliação da probabilidade de perda nessas ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos da Companhia e de suas controladas. A Companhia e suas controladas baseada nas normas contábeis consideram não existirem riscos efetivos e não foram registradas provisões em 31 de dezembro de 2016.

Segue composição das provisões

	2016	2015
Trabalhistas (a)	92	92
Ações de indenização (b)	524	524
Outros	36	36
	<u>652</u>	<u>652</u>

- (b) A provisão trabalhista refere-se a uma ação movida por um ex-funcionário da Companhia.
- (c) As ações de indenização referem-se a processos movidos por clientes devido a problemas em veículos revendidos pela Companhia.

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível no montante de R\$ 31.466 (R\$ 29.498 em 31 de dezembro de 2015) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

	2016	2015
Tributárias	22.371	21.147
Ações de indenização	8.028	7.117
Outros	1.067	1.234
	31.466	29.498

As ações tributárias referem-se a autos de infração e imposição de multa de ICMS.

26 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social autorizado subscrito e integralizado está representado por 109.058.732 ações ordinárias (idêntico em 31 de dezembro de 2016), no valor de R\$ 0,57 cada, pertencentes aos seguintes acionistas:

	2016	2015
	Participação	Participação
BPAG - Brazillian Premium Auto Group S.A.	50,000001%	50,000001%
Henry Visconde	49,999999%	49,999999%
	100,00%	100,00%

b. Ações ordinárias

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia. Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme apresentado nesta nota explicativa, item (c).

c. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina um dividendo mínimo obrigatório de 5% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei 6.404/76.

d. Adiantamento para futuro aumento de capital

Os adiantamentos para futuro aumento de capital são os recursos recebidos pela Companhia de seus acionistas, a serem utilizados com a finalidade de aumentar, futuramente, o capital social da sociedade.

Em 25 de fevereiro de 2016, a controladora da Companhia, BPAG Brazilian Premium Auto Group S.A., realizou um adiantamento para futuro aumento de capital, no montante de R\$ 500, cuja conversão em capital social ocorrerá até 30 de abril de 2017.

27 Receita operacional líquida

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Receita de venda de veículos novos	404.187	425.661	407.509	425.661
Receita da oficina	99.764	86.282	100.086	86.282
Receita de venda de motos novas	38.090	47.667	38.090	47.667
Receita de venda de veículos usados	72.420	44.454	6.683	44.454
Receita de bônus das concessionárias	24.638	23.995	24.557	23.995
Receitas de venda de peças e acessórios	14.366	11.680	14.398	11.680
Receitas de agregados	13.276	8.333	12.767	8.333
Receita de locação de veículos	7.816	2.501	-	-
Receita de venda de motos usadas	8.843	7.505	8.795	7.505
	<u>683.398</u>	<u>658.078</u>	<u>612.885</u>	<u>655.577</u>
Total da receita bruta				
Menos:				
Cofins sobre venda	(8.408)	(8.679)	(7.567)	(8.495)
PIS sobre venda	(1.614)	(1.856)	(1.642)	(1.844)
ICMS sobre venda	(2.538)	(1.535)	(2.077)	(1.535)
ISS sobre serviços prestados	(1.287)	(1.093)	(1.264)	(1.093)
Devoluções	(1.670)	(1.586)	(1.503)	(1.586)
	<u>(15.518)</u>	<u>(14.749)</u>	<u>(14.053)</u>	<u>(14.553)</u>
Total devoluções e impostos				
Total de receita	<u>667.883</u>	<u>643.329</u>	<u>598.832</u>	<u>641.024</u>

28 Custos por natureza

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Custos				
Custo de venda de veículos novos	(391.186)	(411.488)	(394.580)	(411.488)
Custo da oficina	(60.317)	(53.882)	(60.528)	(53.882)
Custo de venda de veículos usados	(63.530)	(41.625)	(6.274)	(41.625)
Custo de venda de motos novas	(33.199)	(41.120)	(33.199)	(41.120)
Custos de venda de peças e acessórios	(9.714)	(9.807)	(9.744)	(9.807)
Custo locação de veículos	(3.328)	(2.008)	-	-
Custo de venda de motos usadas	(8.282)	(6.870)	(8.241)	(6.870)
	<u>(569.556)</u>	<u>(566.800)</u>	<u>(512.566)</u>	<u>(564.792)</u>

29 Despesas comerciais por natureza

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Despesa com salários e encargos	(18.171)	(17.687)	(16.859)	(17.319)
Outras despesas	(9.082)	(8.330)	(7.599)	(8.291)
Despesa com comissão de vendas	(4.713)	(4.781)	(4.317)	(4.781)
Despesa com publicidade e propaganda	(2.869)	(4.620)	(2.754)	(4.563)
Despesa com fretes e carretos	(1.108)	(1.145)	(1.043)	(1.113)
Despesa com eventos	(730)	(880)	(729)	(880)
	<u>(36.673)</u>	<u>(37.443)</u>	<u>(33.301)</u>	<u>(36.947)</u>

30 Despesas gerais e administrativas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Despesa com aluguéis	(11.772)	(9.685)	(10.934)	(9.673)
Despesa com depreciação e amortização	(12.296)	(9.496)	(12.265)	(9.496)
Despesa com salários e encargos	(8.148)	(6.158)	(7.749)	(6.097)
Despesa com telefonia e dados	(2.453)	(2.290)	(2.342)	(2.282)
Despesa com segurança	(1.606)	(1.742)	(1.592)	(1.738)
Despesa com limpeza	(126)	(1.584)	(125)	(1.584)
Despesa com consultoria e assessorias	(2.666)	(1.216)	(2.449)	(1.138)
Despesa com energia elétrica	(1.341)	(1.519)	(1.326)	(1.518)
Despesa com manutenção e conservação	(1.517)	(1.288)	(1.492)	(1.288)
Despesa com material de consumo	(152)	(311)	(147)	(310)
Despesa com taxa e emolumentos	(163)	(131)	(148)	(130)
Outras despesas	(10.071)	(7.464)	(8.888)	(7.357)
	(52.311)	(42.884)	(49.457)	(42.611)

31 Receitas (despesas) financeiras líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Juros sobre financiamentos e debêntures	(26.760)	(16.379)	(25.376)	(16.261)
Impostos sobre operações financeiras	(2.376)	(2.947)	(2.264)	(2.910)
Despesas bancárias	(2.677)	(1.943)	(2.533)	(1.918)
Descontos concedidos	(2.038)	(1.343)	(2.007)	(1.343)
	(33.851)	(22.612)	(32.180)	(22.432)
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	83	106	57	106
Juros e multas recebidos	225	190	224	190
Descontos obtidos	704	111	140	110
	1.012	407	421	406
	(32.839)	(22.205)	(31.759)	(22.026)

32 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

BCLV Comércio de Veículos S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015

31 de dezembro de 2016

Consolidado

	Valor contábil				Valor justo			
	Designado ao valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	3.187	-	3.187				
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	-	21.585	-	21.585				
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	-	96.556	96.556	-	97.389	-	97.389
Debêntures	-	-	15.110	15.110	-	15.293	-	15.293
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo								
Fornecedores	-	-	81.420	81.420				

31 de dezembro de 2015

Valor contábil

Valor justo

	Valor contábil				Valor justo			
	Designado ao valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	599	-	216				
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	-	32.204	-	31.055				
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	-	84.707	84.707	-	81.356	-	81.356
Debêntures	-	-	26.442	26.442	-	26.734	-	26.734
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo								
Fornecedores	-	-	91.479	91.479				

BCLV Comércio de Veículos S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015

31 de dezembro de 2016

Controladora

	Valor contábil				Valor justo			
	Designado ao valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.560	-	1.560				
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	-	22.295	-	22.295				
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	-	82.746	82.746	-	81.654	-	81.654
Debêntures	-	-	15.110	15.110	-	15.293	-	15.293
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo								
Fornecedores	-	-	91.330	91.330				

31 de dezembro de 2015

	Valor contábil				Valor justo			
	Designado ao valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	216	-	216				
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	-	31.055	-	31.055				
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	-	80.719	80.719	-	81.357	-	81.357
Debêntures	-	-	26.442	26.442	-	26.734	-	26.734
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo								
Fornecedores	-	-	91.330	91.330				

Valor justo versus valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia e suas controladas apresentam exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e de suas controladas para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia e de suas controladas, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia e de suas controladas.

c. Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e de suas controladas. A Companhia e suas controladas, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetivam desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

d. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia e suas controladas incorrer em perdas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente do contas a receber de clientes e outros recebíveis e caixa e equivalentes de caixa.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Valor contábil		Valor contábil	
		2016	2015	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	11	3.187	599	1.560	216
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	12	21.585	32.204	22.295	31.055

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e suas controladas detinham caixa e equivalentes de caixa de R\$ 3.187 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 599 em 31 de dezembro de 2015), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos.

Contas a receber de clientes e outros recebíveis

O saldo de provisão para perdas por valor recuperável (*impairment*) registrado em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 1.023.

A despesa com a constituição dessa provisão foi registrada na rubrica de despesas comerciais na demonstração do resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber de clientes, os valores creditados nessa provisão são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título.

A Companhia e suas controladas acreditam que os montantes que não sofrem perda de redução no valor recuperável e que estão vencidos há mais de 30 dias são cobráveis, com base em histórico de comportamento de pagamento.

A Companhia e suas controladas acreditam que nenhuma provisão será necessária com relação a contas a receber não vencido.

A composição por vencimento dos empréstimos e recebíveis na data das demonstrações financeiras para os quais não foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável era a seguinte:

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
A vencer	11.449	18.369	10.883	15.296
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	4.554	8.545	4.535	8.767
De 31 a 60 dias	1.425	2.935	1.253	3.157
De 61 a 90 dias	2.069	755	2.076	755
De 91 a 180 dias	1.145	2.224	1.163	2.224
Acima de 181 dias	1.966	399	3.408	1.879
	22.608	33.227	23.318	32.078
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.023)	(1.023)	(1.023)	(1.023)
	<u>21.585</u>	<u>32.204</u>	<u>22.295</u>	<u>31.055</u>

A realização do crédito do contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela diretoria. O contas a receber de clientes é relacionado a vários clientes e a Companhia e suas controladas consideram o estágio dos procedimentos internos e externos

de cobrança para estimar uma provisão para crédito de liquidação duvidosa em contrapartida ao resultado para tais títulos, o que normalmente ocorre para títulos vencidos há mais de 90 dias, sendo feita uma análise individual dos títulos, conforme metodologia revisada pela administração.

Baseado no monitoramento do risco de crédito de clientes, a Companhia e suas controladas acreditam que a provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração em face de eventuais perdas.

e. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A gestão desse risco se dá pela composição de um capital de giro de curto prazo que sustente as operações de vendas, como: estoque médio e prazo médio de recebíveis, recursos com taxas atrativas e de curto prazo, com giro médio de pagamento dessas operações de 60 dias. Esse capital normalmente é composto de adiantamentos de clientes, 60 dias para pagamento de alguns veículos novos e limite de crédito nos bancos parceiros.

Em eventuais insuficiências de capital de giro, as obrigações de curto prazo da Companhia e de suas controladas serão liquidadas mediante aporte de recursos próprios ou de partes relacionadas.

Exposição a riscos de liquidez

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Cronograma de amortização da dívida

	Consolidado							
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 75 Meses
31 de dezembro de 2016								
Fornecedores	81.420	81.420	81.420	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	96.556	113.243	65.953	39.077	6.402	1.589	222	-
Debêntures	15.110	17.783	8.623	7.576	1.584	-	-	-
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 Meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 93 Meses
31 de dezembro de 2015								
Fornecedores	91.479	91.479	91.479	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	84.707	106.063	51.473	41.634	8.298	3.552	884	222
Debêntures	26.442	31.279	15.594	13.612	2.073	-	-	-

Controladora								
31 de dezembro de 2016	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 75 Meses
Fornecedores	78.396	78.396	78.396	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	82.746	94.946	60.143	31.703	1.994	884	222	-
Debêntures	15.110	17.783	8.623	7.576	1.584	-	-	-
31 de dezembro de 2015	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 Meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 93 Meses
Fornecedores	91.330	91.330	91.330	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	80.719	95.493	49.063	39.056	4.274	1.994	884	222
Debêntures	26.442	31.279	15.594	13.612	2.073	-	-	-

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia e de suas controladas, possam ser realizados antecipadamente.

f. Risco de mercado

Risco de mercado são as alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros que impactam nos ganhos da Companhia e de suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Pelas transações e operações em aberto, o risco relevante é o risco da taxa de juros.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia e suas controladas vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo CDI - Certificado de Depósito Interbancário e TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia e de suas controladas era:

	Consolidado		Controladora	
	Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil
	2016	2015	2016	2015
Instrumentos de taxa pré-fixada				
Fornecedores	70.667	80.716	67.591	82.684
Empréstimos e financiamentos	44.162	29.159	30.352	25.171

	Risco	Consolidado		Controladora	
		Valor contábil		Valor contábil	
		2016	2015	2016	2015
Instrumentos de taxa variável					
Empréstimos e financiamentos	CDI	52.394	55.548	52.394	55.548
Debêntures	CDI	15.110	26.442	15.110	26.442

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas possuem R\$ 67.504 de debêntures e empréstimos e financiamentos indexados a taxa pós-fixada, substancialmente o CDI. No quadro abaixo são considerados três cenários, considerando as variações percentuais do CDI, sendo o cenário provável a taxa média de juros efetivos em 2016. Os demais cenários consideram uma valorização do CDI em 25% e 50% sobre essa taxa e representam o impacto das despesas financeiras em resultado do período e patrimônio líquido.

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 31/12/2016	Risco	Cenários					
			Provável		Aumento do Índice em 25%		Aumento do Índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Passivos Financeiros - Financiamentos	(52.394)	Aumento CDI	14,00	(7.335)	17,50	(9.169)	21,00	(11.003)
Passivos Financeiros - Debêntures	(15.110)	Aumento CDI Pré-Over	13,63	(2.059)	17,04	(2.574)	20,45	(3.089)
Total dos passivos financeiros	(67.504)	***		(9.394)		(11.743)		(14.092)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido						(2.349)		(4.698)

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 31/12/2016	Risco	Cenários					
			Provável		Redução do Índice em 25%		Redução do Índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Passivos Financeiros - Financiamentos	(52.394)	Redução CDI	14,00	7.335	10,50	5.501	7,00	3.666
Passivos Financeiros - Debêntures	(15.110)	Redução CDI Pré-Over	13,63	2.059	10,22	1.544	6,82	1.030
Total dos passivos financeiros	(67.504)	***		9.394		7.045		4.696
Impacto no resultado e no patrimônio líquido						2.349		4.698

O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

33 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, bem como otimizar a estrutura de capital com foco na manutenção de indicadores

monitorados pela Gerência Financeira e Administração. Esses indicadores correspondem aos índices:

De liquidez corrente (ativo circulante pelo passivo circulante) Maior ou igual a 1
 De alavancagem financeira(*) Maior que 1

(*) Se o grau de alavancagem financeira (GAF) for maior que 1,0 indica que a alavancagem será considerada favorável: o retorno do Ativo Total (conjunto de bens e direitos da Companhia, expressos em moeda) será razoavelmente maior que a remuneração paga ao capital de terceiros.

Os índices de liquidez e alavancagem estão demonstrados abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Ativo circulante	107.831	125.467	95.094	123.906
Passivo circulante	169.093	161.723	160.960	160.602
Índice de liquidez	0,64	0,78	0,59	0,77
Resultado do exercício	(25.031)	(19.362)	(25.862)	(18.871)
Patrimônio líquido	(3.404)	20.070	(7.221)	18.863
RPL (retorno sobre o patrimônio líquido)	7,35	(0,96)	3,58	(1,00)
Resultado do exercício	(25.031)	(19.362)	(25.862)	(18.871)
Ativo total	215.067	240.187	193.565	234.683
RAT (retorno sobre o ativo total)	(0,12)	(0,08)	(0,13)	(0,08)
GAF (grau de alavancagem financeira) RPL/RAT	(63,18)	11,97	(26,81)	12,50

34 Compromissos com contratos

Os arrendamentos operacionais serão pagos da seguinte forma:

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Menos de ano	10.716	12.417	9.940	12.273
Entre um e cinco anos	19.584	33.877	17.177	33.756
Mais de cinco anos	-	897	-	897
Total	30.300	47.191	27.177	46.926

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas possuem contratos de aluguel assinados, com compromisso de desembolsos anuais, conforme demonstrado no quadro acima, cuja vigência dos contratos de locação ocorrerá em média até 2019.

Os arrendamentos mercantis operacionais que a Companhia e suas controladas possuem são referentes aos prédios utilizados para instalação de suas concessionárias nas cidades de Ribeirão Preto, São Paulo, Uberlândia, Porto Alegre, Caxias do Sul e Brasília.

35 Eventos subsequentes

Em janeiro de 2017, a Companhia efetivou a venda da filial Land Rover na cidade de Porto Alegre/Rio Grande do Sul no valor de R\$ 10 milhões.

Em fevereiro de 2017, efetivou a venda das filiais Audi na cidade de Porto Alegre e Caxias do Sul/RS no valor de R\$ 12 milhões.

Em março de 2017, foram efetivadas as vendas da filial Land Rover na cidade de Uberlândia/MG no valor de R\$ 2 milhões e da filial Triumph em Porto Alegre foi recebido um sinal no montante de R\$ 300 mil.

Os sinais recebidos pelas negociações acima foram contabilizados em 2016 como adiantamento de clientes, no valor total de R\$ 12.000.

* * *

Composição da Diretoria

Jörg Henning Dornbusch
Diretor Presidente

Henry Visconde
Diretor Geral

Deives Lança Pires
Diretor Financeiro

Contadora

Michelle Ferreira de Menezes
CRC/SP 1 SP269927/O-5